



**5º Encontro Internacional de Política Social**  
**12º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"  
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

---

**Eixo: Política Social e estratégias de desenvolvimento**

**Antineoliberalismo na América Latina: estudos sobre Venezuela e Bolívia**

**Bruna Ferraz Raposo<sup>1</sup>**

**Resumo:** A retomada da acumulação de capital após a crise internacional das décadas de 1960/70 exigiu profundas alterações no capitalismo, que se traduziram em uma nova estratégia de desenvolvimento, o neoliberalismo, caracterizado pela reestruturação produtiva e pela financeirização da riqueza. Sua implementação levou a resultados econômicos insatisfatórios e ao agravamento das mazelas sociais na América Latina, o que provocou um movimento de rechaço manifestado na emergência de movimentos sociais e na ascensão de presidentes que puseram em prática um projeto de governo antineoliberal – o caso de Venezuela a partir de 1999 e Bolívia, de 2006. Portanto, pretende-se analisar em quais bases econômicas e sociais se apoiaram esses governos e quais suas possibilidades e limites (internos e externos).

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; dependência; Venezuela; Bolívia.

**Non-neoliberalism in Latin America: studies on Venezuela and Bolivia**

**Abstract:** The resumption of capital accumulation after the international crisis of the 1960s and 1970s required profound changes in capitalism, which resulted in a new development strategy, neoliberalism characterized by productive restructuring and financialization of wealth. Its implementation led to unsatisfactory economic results and worsening social ills in Latin America, which provoked a movement of rejection manifested in the emergence of social movements and the rise of presidents who put into practice an anti-neoliberal government project - the case of Venezuela from 1999 and Bolivia, from 2006. The purpose of this study is to analyze the economic and social bases of these governments and their possibilities and limits (internal and external).

**Keywords:** Neoliberalism; dependence; Venezuela; Bolivia.

**Introdução**

O advento da crise internacional de acumulação do capital em fins dos anos 1960 operou mudanças no sistema capitalista, demonstradas principalmente na ascensão de uma nova estratégia de desenvolvimento. O neoliberalismo, assim, apesar de gestado desde o pós-Segunda Guerra Mundial, ganhou força na década de 1970, tendo a América Latina como laboratório de aplicação das suas políticas, que viriam a ser adotadas posteriormente nos países centrais. A necessidade de novas esferas de valorização do capital que retomassem o processo de acumulação de capital se traduziu na liberalização das transações econômicas internacionais, ampliando as fronteiras de domínio do capital com abertura econômica e privatizações. Assim a estratégia apoiava-se em (i)

---

<sup>1</sup> Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense, Brasil(2016).

estabilização monetária; (ii) reformas estruturais pró-mercado; e (iii) retomada dos investimentos privados.

Após duas décadas o resultado para o continente não foi de robustos e sustentados níveis de crescimento econômico, pelo contrário, a média de crescimento para a América Latina foi de apenas 2,6% para a década de 1990 (CARCANHOLO, 2012), além do agravamento das mazelas sociais. Dessa forma, emergiram movimentos de rechaço à austeridade das políticas neoliberais por toda a região na virada do século XX para o século XXI. Segundo Ibarra (2008), cinco grandes momentos de lutas recentes merecem ser destacados na região: (i) o *Caracazo*, ocorrido na Venezuela em fevereiro de 1989, movimento popular contra a austeridade e aumento das tarifas do transporte público; (ii) a ascensão do movimento zapatista no México, com grande poder de mobilização, a partir de 1994; (iii) o *Argentinazo*, movimento argentino emergido da grave crise econômica que passava o país em 2001, com demissões em massa e greves, pelo que seus adeptos ficaram conhecidos como *piqueteros*; (iv) emergência do movimento indígena no Equador em torno da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador* (CONAIE), que se destacou como polo aglutinador das lutas sociais no país a partir de 1994 com o levante indígena contra a *Ley de Fomento y Desarrollo Agropecuario*, em 1997 com a derrubada do presidente Abdalá Bucaram e em 2000 do presidente Jamil Mahuad; (v) o quinto e o último momento destacado foi o período vivido pela Bolívia entre a Guerra da Água, em 2000, e a Guerra do Gás, em 2003, contra a privatização desses setores.

Apesar de mencionados apenas esses cinco momentos, por toda a região ocorreram movimentos que atribuíam ao neoliberalismo o aprofundamento das mazelas sociais e a retirada de direitos sociais conquistados em períodos anteriores: Colômbia, Peru, Guatemala, Brasil, Honduras, Nicarágua, El Salvador e República Dominicana também tiveram seus combates, ainda que em menores proporções. Segundo levantamento presente nesse mesmo trabalho (ALMEIDA<sup>2</sup> apud IBARRA, 2008), entre 1976 e 1989 observou-se 80 grandes campanhas contra a austeridade na América Latina. Entre 1996 e 2001, esse número subiu para 281 campanhas e outros 969 protestos<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Almeida, P. Los movimientos populares contra la austeridad económica: América Latina 1996-2001. *Congreso de LASA*, Washington DC, 2001. mimeo.

<sup>3</sup> É entendido pelo autor o conceito de campanha como lutas extensas contra uma política específica e protestos como manifestações individuais dessas campanhas (marchas, protestos de rua, greves, etc.).

Ocorreu, então, um movimento de coalizão entre movimentos sociais e a via institucional, permitindo ascender ao poder central presidentes<sup>4</sup> identificados com uma proposta antineoliberal para o país. Em 1999, Hugo Chávez assumiu a presidência da Venezuela e iniciou um projeto de transformação para o país, tendo continuidade com Nicolás Maduro, a partir de 2013. E Evo Morales, na Bolívia, que assumiu o primeiro mandato em 2006 e cumpre seu terceiro mandato presidencial até o ano de 2019.

Ambos os governos apoiaram-se em pilares comuns de nacionalização dos hidrocarbonetos, investimentos na diversificação da matriz produtiva, criação de mecanismos de organização e participação popular, mudanças na constituição que buscaram o reconhecimento de uma nação soberana e de respeito aos povos originários, e distribuição de renda e riqueza através de uma atuação ativa do Estado.

Atenta-se para o fato de que não se trata de um estudo comparativo entre os dois casos, e sim de um apontamento sobre a luta antineoliberal na América Latina e como essa se deu em cada um desses países através de seus próprios processos históricos. Tampouco pretender traçar um receituário a ser seguido para que sejam alcançados os mesmos resultados. Por se tratar de um projeto em aberto e em disputa, não se tem, neste trabalho, conclusões definitivas, nesse sentido a intenção foi de ensaiar contribuições para os estudos da economia política da região e para a promoção de uma nova sociedade.

### **A Ascensão de Governos Antineoliberais e seus Principais Resultados**

A Venezuela e a Bolívia, no cenário contemporâneo da América Latina, se destacam pela adoção de um programa de governo que rompeu com o neoliberalismo e objetivou um novo modelo de desenvolvimento. Várias medidas foram tomadas no sentido de construir um Estado forte e de redistribuir a riqueza proveniente dos recursos naturais, que historicamente serviram aos privilégios de poucos.

O ponto de partida da análise dos dois países se dá pelo que há em comum, ou seja, a estrutura primário-exportadora baseada na exploração de um hidrocarboneto. O petróleo no caso da Venezuela, onde estão contidas 24% das reservas dos países da OPEP – que por sua vez, corresponde a 81% das reservas mundiais – e o gás natural na Bolívia, segunda maior fornecedora da América Latina (OPEP, 2015). É também nesse aspecto

---

<sup>4</sup> Destaca-se também como fruto da mesma conjuntura a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002; Néstor Kirchner na Argentina, também em 2002; Rafael Correa no Equador, em 2006, que por diferenças na condução de governo não entraram no escopo deste trabalho.

em que se encontra uma primeira distinção: o petróleo é a fonte de energia mais usada no mundo, o que torna a Venezuela central na geopolítica de disputa desse combustível e explica toda uma política hostil dos Estados Unidos com o governo do Hugo Chávez após a retomada do controle estatal da atividade petroleira.

O petróleo que motivou a ocupação militar dos Estados Unidos no Oriente Médio e a promoção de guerras, motivou também o explícito apoio norte-americano ao golpe de Estado em 2002 e no financiamento das forças opositoras, que atuaram, e permanecem atuando, em sabotagens econômicas e enfrentamentos nas ruas de Caracas (MARINGONI, 2009). A *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA) foi completamente estatizada no final de 1999 através de um decreto presidencial<sup>5</sup> que passou a totalidade das ações da empresa para o Estado e transformou as filiais em empresas mistas, com o controle acionário para a estatal.

Em 2007 se avançou no processo de nacionalização no país, ao reestatizar uma série de empresas privatizadas durante a década de 1990, principalmente no setor de telecomunicações e no de distribuição de energia elétrica; progresso nas nacionalizações de petróleo, tornando do Estado a Faixa do Orinoco, e da mineração; além de avanço na reforma agrária. A política de diversificação da produção se deu a partir do direcionamento do excedente petroleiro para o investimento industrial e na criação de cooperativas e empresas de produção social. As duas últimas iniciativas objetivavam mudanças no processo de trabalho fundado na lógica capitalista do lucro e do trabalho assalariado: As *Empresas de Producción Social* se orientam, portanto, não pela lógica do capital, mas sim por uma lógica humanista e solidária. Também são exemplos significativos de avanço da participação da sociedade civil no âmbito da produção, as experiências de cogestão e a massiva criação de cooperativas (BARUCO, 2011: 214).

A Bolívia, por sua vez, ocupa uma posição de menor relevância político-econômica na América Latina. O gás natural tem destino a apenas dois países, Argentina e Brasil, através de gasodutos, único meio economicamente viável de transporte do produto. De modo que, mesmo tendo gerado reações no processo de nacionalização do setor, a solução se deu por vias diplomáticas. A partir de 2006, então, o Estado recuperou a propriedade, posse e controle – o que já era garantido por lei, e inconstitucionalmente

---

<sup>5</sup> Ocorreu através das Leis Habilitantes, que eram decretos com rigor de lei que não passavam pela Assembleia Nacional em primeira instância. Na mesma ocasião foram promulgadas outras Leis Habilitantes que versavam sobre pesca e agricultura, reforma agrária e demais hidrocarbonetos (BARUCO, 2011).

repassado para empresas estrangeiras durante o governo anterior – bem como transporte, armazenagem, refino, industrialização e comercialização dos hidrocarbonetos (CEPIK; CARRA, 2006). A *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivianos* (YPFB) foi refundada depois de doze anos da venda de seus ativos, de forma a ser uma empresa nacional de grande porte que passou a ancorar todas essas funções e a determinar o volume de produção, preços, critérios de exportação e industrialização. Isto é, uma empresa com o objetivo de gerenciar os recursos de forma estratégica a partir dos interesses da nação. Para isso, a YPFB retomou o controle acionário (50% + 1 ação) de todas as companhias instaladas.

Com a nacionalização do setor, a arrecadação estatal aumentou de US\$ 300 milhões para US\$ 6.000 milhões por ano (KATZ, 2014). Mas além dessa empresa, o Estado retoma a atividade mineira com a refundação da *Corporación Minera de Bolivia* (Comibol). Através de uma política de investimento e modernização do setor, a mineração voltou a ter relevância na pauta exportadora, não somente com o estanho – principal produto exportado pela Bolívia durante décadas –, mas também com a entrada no mercado de lítio, minério que tem tido importância crescente nos últimos anos por ser usado, principalmente, em baterias de equipamentos microeletrônicos. Também foram renacionalizadas as empresas de telecomunicações (ENTEL) e de energia elétrica (ENDE), o que permitiu ao governo aplicação de tarifas que fossem mais benéficas ao consumidor.

O governo boliviano também logrou vitória política com a aprovação da reforma agrária, pela *Nueva Ley de Tierras* era permitida a expropriação de latifúndios improdutivos, verificando-se o cumprimento das funções social e econômica da terra. As propriedades que não se encaixassem nesses requisitos iriam ou para posse do Estado ou teriam uma titulação coletiva. Entretanto, o direito à propriedade continuava assegurado, independente do tamanho, desde que a terra se mantivesse produtiva. O departamento mais afetado foi o de Santa Cruz, por ser o local de concentração do agronegócio. Até 2009 haviam sido redistribuídos 994,878 hectares de terra por todo o território boliviano, em contraposição com os 36,814 hectares alcançados pela vigência da lei anterior, e ultrapassando a meta de 750 mil hectares proposta inicialmente pelo governo. (MACIEL, 2007).

Portanto, são países cujas riquezas naturais estratégicas estiveram historicamente sob domínio da propriedade privada da burguesia nacional ou das multinacionais. Esse

tipo de atividade econômica pouco ou nada dinamizava a economia interna, pois o excedente econômico era transferido ao mercado externo através da remessa de lucros e pelo fato do produto ser exportado em estado bruto, sem desenvolver uma indústria derivada do setor. O que fizeram esses governos, então, foi a nacionalização dos hidrocarbonetos e o uso dos ganhos dessa atividade em prol do desenvolvimento da nação. Assim, os recursos provenientes desse setor foram usados de duas maneiras principais: a primeira, de caráter prioritário, foi a aplicação em políticas sociais através de uma elevação do investimento público em áreas de saúde, educação e alimentação e de políticas de redistribuição de renda. O que caracterizava uma atuação do governo em garantir o acesso universal a bens básicos, que foram historicamente negados. A segunda foi através de um aumento do investimento público em infraestrutura e em atividades produtivas, objetivando uma variação na pauta produtiva da economia e um avanço na industrialização.

Dessa forma, na tabela abaixo, pode ser constatada a evolução do gasto social como componente do gasto público. E a evolução da participação dos setores de saúde, educação e seguridade social como porcentagem do PIB:

Fonte: CEPAL. Disponível em <estadisticas.cepal.org>, acesso em 11/02/2016.

Tabela 1: Gastos Sociais

<b>Venezuela</b>	1997- 99	2000- 04	2005- 09	2010	2011	2012
<b>Gasto social (% gasto público)</b>	49,7	54,8	58,4	72,5	70,9	70,8
<b>Gasto social (% PIB)</b>	12,2	16,6	19,7	17,3	22,9	21,2
Educação	4,9	6,3	6,7	5,3	5,6	6
Saúde	2,2	2,9	3,3	3,4	4,3	4,5
Seguridade social	3,2	5	6,9	7,1	8,7	9,2
Habitação e outros	1,9	2,4	2,8	1,5	4,2	1,5
<b>Bolívia</b>	1995- 99	2000- 04	2005- 09	2010	2011	2012
<b>Gasto social (% gasto público)</b>	30,5	32,9	31,2	37,5	37,5	37,5
<b>Gasto social (% PIB)</b>	9,2	12,7	12,1	12,4	11,7	11,51
Educação	5,0	6,0	6,0	6,0	5,7	5,3
Saúde	1,0	1,4	1,5	1,5	1,5	1,3
Seguridade social	3,1	4,9	4,3	4,7	4,2	4,7
Habitação e outros	0,1	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3

Esse redirecionamento do excedente econômico, em ambos os países, teve especial eficácia por terem aproveitado uma trajetória crescente do preço das

*commodities*. Durante maior parte da década de 2000 e início de 2010 os principais bens exportados por esses países, além do petróleo e do gás, também da soja na Bolívia, tiveram aumentos significativos tanto de preço como de demanda. Entretanto, numa análise comparativa, entre 1999 e 2004, o montante de recursos provenientes da exportação de petróleo na Venezuela foi muito menor do que nas cinco administrações anteriores<sup>6</sup> (BARUCO, 2011). Ou seja, trata-se aqui do aumento do preço das *commodities* não como uma condição para haver aumento dos gastos sociais, mas sim de um melhor aproveitamento da trajetória de preços como opção de governo. Excetuando-se o ano de 2009, o preço do barril de petróleo teve tendência de crescimento no mercado internacional de 2003 até 2014 (disponível em <opec.org>, acesso em 10/02/2016). E o preço do gás natural apresentou durante o período de 2005 a 2013 uma trajetória equilibrada (a queda em 2009 foi pequena), permitindo que a Bolívia permaneça conduzindo sua economia sem percalços (BOLIVIA, 2014).

Na Venezuela, as políticas sociais se deram a partir das Missões Sociais. Até 2007, 48% da população venezuelana havia sido beneficiada com ao menos uma das Missões (STEFANONI, 2012), o que foi possível a partir de um maior aporte do gasto público no âmbito social e no uso direto de recursos da PDVSA. Entretanto, levantam-se ressalvas na condução desse processo, sendo a primeira delas a dependência da exportação de petróleo no seu financiamento. Ou seja, em um produto que tem alta volatilidade do preço no mercado internacional. A segunda são as barreiras institucionais impostas pela oposição da Assembleia Nacional da Venezuela na aprovação do pacote de recursos a serem destinados aos programas sociais. Assim, foi usado um financiamento extra-orçamentário para dar vida às Missões Sociais, o que agravou a dificuldade de incluir essas políticas na estrutura do novo Estado, deixando-as sensíveis às políticas conjunturais (*ibidem*). Segundo Baruco (2011) não é possível uma sistematização das informações do aporte dos recursos destinados às Missões Sociais, o que dificulta uma avaliação efetiva do programa e abre precedentes para problemas de corrupção e desvio de verba.

O que não significa um fracasso das Missões, pelo contrário. A pobreza na Venezuela diminuiu de 49,4%, em 1999, para 25,4%, em 2012, e a pobreza extrema de 21,7% para 7,1%, no mesmo período. Entretanto, em 2013, há um aumento em ambos os

---

<sup>6</sup> “ 26% do valor recebido no primeiro mandato de Carlos Andrés Pérez; 35% do valor recebido na gestão de Luis Herrera Campins; 56% do recebido por Jaime Lusinchi; 49% do recebido no segundo mandato de Pérez e 85% do segundo mandato de Rafael Caldera” (SEVERO apud BARUCO, 2011).

índices para 32,1% e 9,8%, respectivamente. A ONU reconheceu a erradicação do analfabetismo em 2005, segundo país a conseguir tal feito na América Latina, após Cuba em 1961. O índice de mortalidade infantil diminuiu de 20,2%, em 1999, para 12,9%, em 2015, estando abaixo da média da América Latina (15,2%). Para citar apenas alguns dados mais representativos<sup>7</sup>.

Na Bolívia, as políticas sociais foram aplicadas através de bonificações e redistribuição de renda. Foram implantados programas sociais que objetivavam a redistribuição de renda e combate de problemas sociais. Os três principais programas – *Bono Juancito Pinto*, *Renta Dignidad* e *Bono Juana Azurduy* – foram possibilitados pelo aumento do gasto público. Os programas tinham o objetivo de atender crianças em idade escolar, pessoas com mais de 60 anos e mulheres grávidas, respectivamente, a partir de bonificações ou complementaridade de renda. Também foram instalados programas para combater o analfabetismo, aumentar o atendimento médico-hospitalar e de expansão da rede de água potável e de saneamento básico.

A pobreza no país diminuiu de 54% para 39,8%, entre 2007 e 2011 – área urbana: 42,4% para 26,9% e área rural: 75,8% para 55,4% – e a pobreza extrema de 31,2% para 18,7% – área urbana: 16,2% para 9,2% e área rural: 59,0% para 38,1%. Isto demonstra que apesar de significativa a redução da pobreza, os níveis de desigualdades são maiores e mais persistentes no campo. Segundo a ONU, a Bolívia foi o terceiro país da América Latina a lograr a erradicação do analfabetismo. O índice de mortalidade infantil diminuiu de 44,4% para 30,6%, representando, entretanto, o dobro da média latino-americana (15,2%)<sup>8</sup>.

Apesar do uso dos recursos naturais para promover justiça social e soberania, esse novo modelo tem a fragilidade de permanecer baseado e dependente da exploração da terra e dos recursos não-renováveis. Além de permanecer fortemente atrelado aos ciclos do mercado internacional, o que se mostra de maneira particular na Venezuela, após 2014, ao enfrentar a grave crise econômica interna com o preço do barril de petróleo despencando para um terço do valor médio anterior. Ambos os governos trouxeram em seus planos a diversificação da pauta produtiva como meta, mas não é um objetivo alcançado a curto e médio prazo. E ainda pesa o fato da industrialização e investimentos em ramos produtivos estarem atrelados aos recursos dos hidrocarbonetos.

---

<sup>7</sup> Dados disponíveis em <estadisticas.cepal.org>, acesso em 11/02/2016.

<sup>8</sup> Dados disponíveis em <estadisticas.cepal.org>, acesso em 11/02/2016.

Esses esforços na Venezuela foram conduzidos diretamente pelo governo, que aumentou a participação pública na formação bruta de capital fixo e com o uso de recursos petrolíferos em outras áreas, no que foi possível constatar uma queda relativa do petróleo na composição do PIB como resultado. Mas não sem contradições, pois a estrutura de câmbio sobrevalorizado barateava as importações e encarecia as exportações não-petrolíferas, por isso não se viu uma evolução no setor manufatureiro, mostrando que o movimento de industrialização e superação da dependência de produtos importados ainda é insuficiente (BARUCO, 2011). Assim, a mudança relativa na formação do PIB se deu mais em função da sustentação dos gastos públicos, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 2: Venezuela - PIB real por setor (participação %)

Setor de atividade	1999-2002	2003-2006	2007-2010*	2011*-2014*
PIB real, total	100	100	100	100
Produção de petróleo	18,5	16,5	11,9	10,9
Outros produtos	72,0	74,7	76,7	77,8
Mineração	0,7	0,7	0,6	0,4
Bens manufaturados	16,7	16,6	15,1	13,8
Eletricidade e água	2,2	2,4	2,2	2,3
Construção	6,7	5,1	7,3	7,6
Comércio e reparações	8,3	9,0	10,1	9,8
Transportes e armazenagem	3,2	3,4	3,6	3,5
Comunicações	2,8	3,4	5,4	6,8
Finanças e seguros	2,1	3,0	4,3	6,1
Habitação	9,95	10,1	9,8	9,8
Serv. com fins não lucrativos	4,62	5,0	5,6	6,1
Serviços governamentais	10,7	12,2	11,4	12,4
Outros <sup>1</sup>	6,1	6,4	6,1	5,7
Menos: SIFMI <sup>2</sup>	2,2	3,5	4,8	6,8
Imposto líquido s/ produção	9,3	9,5	11,4	11,2

Fonte: Banco Central da Venezuela, elaboração própria. Disponível em <bcv.org.ve>, acesso em 11/02/2016

\* Valores estimados

<sup>1</sup> Inclui os setores privados da agricultura, restaurantes e hotelaria, assim como alguns setores públicos.

<sup>2</sup> Serviços de Intermediação Financeira Medidos Indiretamente.

Na Bolívia, o esforço da industrialização se deu, sobretudo, nas indústrias derivadas do gás e da mineração. Na primeira se destaca o processo de industrialização do gás e a produção de gás liquefeito de petróleo (GLP), na segunda a produção de lítio. Ao que se vê há um aumento da participação desses dois setores na composição do PIB. Também há investimentos em agricultura e alimentação e uma redução da participação dos bens manufaturados. Entretanto, a maior parte dos investimentos ainda está em fase de maturação, o que não nos permite uma análise mais apurada. Como aparece na tabela a seguir:

Tabela 3: Bolívia - PIB real por setor (participação %)

Setor de atividade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014(p)
PIB real, total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agricultura	10,9	10,0	10,4	11,2	10,4	9,8	9,8	10,0	9,7
Mineração	5,20	5,8	8,6	7,9	8,7	9,6	7,3	6,2	6,0
Petróleo e gás natural	6,4	6,5	5,7	5,2	5,2	5,9	7,3	7,9	7,2
Bens Manufaturados	11,3	11,4	11,2	11,6	11,3	10,3	10,2	9,9	9,7
Eletricidade, gás e água	2,3	2,2	2,0	2,2	2,2	2,0	1,9	1,9	1,9
Construção	2,4	2,4	2,3	2,5	2,7	2,6	2,6	2,6	2,8
Comércio	6,4	6,8	7,0	7,2	7,4	7,1	6,7	6,4	6,2
Transporte, armaz. e comunicação	10,2	9,4	8,4	8,8	9,0	8,4	8,0	7,9	8,1
Finanças e seguros	8,6	8,6	8,3	8,7	8,7	7,9	8,6	8,6	8,9
Serviços c/ fins não lucrativos	4,5	4,3	4,0	4,3	4,1	3,7	3,7	3,5	3,6
Restaurantes e hotéis	2,6	2,4	2,3	2,5	2,4	2,3	2,2	2,1	2,1
Serviços governamentais	11,0	11,0	10,4	11,9	11,9	11,6	11,4	11,7	12,6
Serviços bancários imputados	-2,9	-3,1	-3,2	-3,3	-3,3	-3,1	-3,6	-3,7	-3,8
Impostos líquidos s/ produção	21,2	22,3	22,5	19,4	19,2	21,9	24,0	25,0	25,0

Fonte: Instituto Nacional de Estadística. Disponível em <ine.gob.bo>, acesso em 22/02/2016.

(p) preliminar

Durante o governo de Evo Morales o nível de reservas internacionais obteve um aumento superior a 400% entre 2006 e 2014, saindo de um patamar de US\$ 3,19 milhões para US\$ 15,12 milhões, mas ainda é classificado pelo Banco Mundial como um país de

“ingressos mediano baixo” (disponível em <datos.bancomundial.org>, acesso em 08/02/2016). Isto é, a Bolívia permanece um país muito pobre, como demonstram seus indicadores sociais e econômicos. Esse modelo, puxado pela demanda interna, permitiu que a Bolívia sustentasse ao longo dos últimos anos um crescimento médio de 5,1%, em contraposição com o crescimento médio de 3,6% do período anterior (1990-2005), caracterizado pelo modelo neoliberal. Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego reduziu-se de 8,1% para 3,2% entre 2005 e 2013 (BOLIVIA, 2014). Ou seja, a Bolívia mantinha-se estável enquanto a região da América Latina, de maneira geral, era afetada pela crise internacional iniciada em 2007.

Todavia, apesar dos incontestáveis avanços sociais e econômicos dos onze anos do governo de Evo Morales, a Bolívia permanece sendo o quarto menor PIB do continente sulamericano, demonstrando que a evolução das grandes cifras se deu a partir de um patamar muito baixo. Sua impotência na região se mostra ainda pela permanência do bloqueio ao mar, cujo acesso soberano foi perdido na Guerra do Pacífico, em 1904, para o Chile.

Mesmo com a compilação dessas políticas, não se viu ainda em nenhum dos dois países uma significativa diversificação da matriz produtiva e nem uma menor dependência com os hidrocarbonetos. Isto nos mostra uma insuficiência da estratégia e a permanência de uma demasiada relação com os bens importados, restringindo o crescimento econômico e mantendo um atrelamento vulnerável aos ciclos do mercado internacional. Dessa forma, ainda está no horizonte um avanço neste sentido, para que seja possível sustentar uma nova estrutura econômica.

Outra limitação que se coloca com a manutenção dessa estrutura econômica capitalista é a necessidade de alianças com a burguesia nacional, já que ambos os governos tiveram a necessidade de convidar o setor empresarial a conversar e a compor o projeto de desenvolvimento nacional. Assim, essas classes se beneficiam do crescimento dos negócios e da indústria, que contam em maior parte com montante de investimentos públicos. A contradição se dá, portanto, pelo duplo caráter assumido pelos interesses da classe burguesa, e suas frações, que ao mesmo tempo que se favorecem das políticas governamentais, se opõem ao governo em busca de uma total apropriação do excedente econômico. É inequívoco como isso se dá na Venezuela, com o golpe de Estado, em 2002, e as várias sabotagens econômicas. Na Bolívia, ainda que em menor proporção, também houve ataques da oposição em 2008, mas o equilíbrio macroeconômico instaurou um ar

de tranquilidade na política do país, sendo mais difícil de fortalecer uma oposição a um presidente que ganhou poder sucessivamente a cada eleição.

O que se estabeleceu, então, foi o aprofundamento da luta de classes a partir de um fortalecimento das classes populares, justamente as que são estruturalmente oprimidas e exploradas pelo capitalismo. Assim, se esses presidentes foram eleitos a partir de um enfraquecimento do projeto de poder neoliberal, o que fizeram foi a radicalizar a participação dessa base de sustentação dentro de uma alternativa antineoliberal. Não para uma mera manutenção do poder, mas por causa de uma motivação de projeto de classe. Para isso, ambos os governos criaram mecanismos de aperfeiçoamento da democracia participativa, canais de participação popular, mudanças na constituição, mudança na composição política do poder legislativo e executivo, respeito e estímulo à organização dos movimentos sociais.

Na Venezuela o avanço foi significativo nesse sentido com a criação dos Conselhos Comunais, Conselho de Trabalhadores e Conselho de Camponeses, instituídos por lei, o que possibilita a permanência dos Conselhos e reconhecimento de suas decisões. Na Bolívia, a eleição de parlamentares orgânicos à sua base social se mostrou através do aumento da participação indígena na política institucional. Em ambos, o uso de referendo e plebiscitos como forma da população participar das principais decisões do país, a possibilidade de referendos revogatórios dos mandatos executivos estimulam a formação de uma consciência dos setores populares, situado em um novo patamar de poder civil.

Destacam-se também as iniciativas em prol de uma integração regional baseada na cooperação e na busca de soberania regional, que se contrapõe de forma objetiva ao imperialismo dos Estados Unidos. A manifestação mais legítima dessa integração é a *Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra América* (ALBA), mas que ainda se encontra em estágio primário e com poucos países signatários, cujos principais são Bolívia, Cuba, Equador e Venezuela. Com ela pretende-se a criação do Banco do Sul e de alianças comerciais e de acordos de integração energética, a partir do petróleo e do gás. Assim, se apresenta, também, como uma superação da limitação do mercado interno para o crescimento econômico autônomo.

## **Conclusão**

O não-rompimento com o capitalismo do novo modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo possibilita tratá-lo como um modelo “social-desenvolvimentista” ou de

um “capitalismo nacionalista” (KATZ, 2014), ou seja, de um desenvolvimento econômico nos marcos do capitalismo, o que impõe limitações inerentes. A estratégia antineoliberal, do objeto aqui analisado, se valeu de um Estado compensatório que encabeça e regula a exploração dos recursos naturais e redistribui seus ganhos de forma mais igualitária através dos gastos públicos. Entretanto, isso encobre o colonialismo e a exploração do homem e da natureza contidos no cerne do sistema capitalista (STEFANONI, 2012).

Da mesma forma que esse modelo comporta dentro de seus limites duas classes antagônicas em permanente disputa, mas com uma mudança relativa na assimetria política entre elas. Segundo Limón (2013), a luta pela apropriação do excedente, como forma de reação da burguesia, limita a margem de manobra do governo, o que impõe uma radicalização da luta antineoliberal como forma de sobrevivência da estratégia. Por isso é preciso um Estado forte, não como um objetivo em si mesmo, mas como parte de um processo que promova justiça social, redução da desigualdade de renda e riqueza e alavanque a consciência de classe. Pois é preciso almejar um rompimento com a ordem vigente e colocar em perspectiva um novo sistema econômico e social, para se ter, de fato, um novo paradigma de desenvolvimento e, assim, uma nova sociedade sem divisão de classes e sem exploração do homem pelo homem.

O horizonte socialista é colocado, principalmente nos planos dos discursos, na Venezuela e na Bolívia, tendo a justiça de registrar as inúmeras iniciativas através de leis e organizações que o governo de Hugo Chávez tomou objetivando uma planificação econômica e um modelo de transição. Entretanto, esse assunto ultrapassa os escopos desse trabalho e vamos nos ater em concluir que, se há um primeiro passo que possa ser seguido na busca de outra sociedade, esse foi o rompimento com o neoliberalismo e a dinamização de um poder de decisão a partir da sociedade civil. E este passo, seguindo seus próprios processos históricos, já foi dado nos dois países.

## Referências

BARUCO, G. **A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo?**: Uma formação social em disputa hegemônica. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2011. 298 p.

BOLIVIA. **Memoria de la Economía Boliviana 2013**. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, 2014.

- CARCANHOLO, M. Integração regional dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento. **Aportes**, Revista de la Facultad de Economía, Puebla, n.45, ano XVII, mai./ago. 2012.
- CEPIK, M.; CARRA, M. Nacionalização Boliviana e Desafios da América do Sul. **Análise de conjuntura**, OPSA, n. 4, abr. 2006. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- IBARRA, C. Protesta popular y procesos políticos en la América Latina actual. In: MAYA, M.; CARRERA, N.; CALVEIRO, P. [Orgs.]. **Luchas contrahegemónicas y cambios políticos recientes de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- KATZ, C. La sorpresa de Bolivia. **Lá pagina de Claudio Katz**, textos de ciencias sociales [online], 17 dez. 2014. Disponível em <[Katz.lahaine.org/?p=245](http://Katz.lahaine.org/?p=245)>. Acesso em: 06 fev. 2016.
- LIMÓN, H. Los dilemas del desarrollo em Bolivia y Ecuador. **Realidad Económica**, n.277. Buenos Aires, jul-ago 2013.
- MACIEL, C. O primeiro ano de gestão do governo do Aymarà Evo Morales na Bolívia: avanços e limites. Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, **Anais...**, São Paulo, 2007. SEP.
- MARINGONI, G. **A revolução venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2009.
- ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (OPEP). **Annual Statistical Bulletin**. 2015. Disponível em <[http://www.opec.org/opec\\_web/en/publications/202.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/publications/202.htm)>. Acesso em: 07 fev. 2016.
- STEFANONI, P. Posneoliberalismo cuesta arriba: los modelos de Venezuela, Bolivia y Ecuador em debate. **Nueva Sociedad**, n.239, mai./jun. 2012. Disponível em: <[nuso.org](http://nuso.org)>. Acesso em: 09 fev. 2016.